

**ANOTAÇÕES DE PESQUISA NO MUNDO DOS SEM SONS**

**RESEARCH NOTES ON THE “WORLD OF THE SOUNDLESS”**

**NOTAS INVESTIGATIVAS EN EL MUNDO DE LOS SIN SONIDOS**

---

Anelice Astrid Ribetto

Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [anelatina@gmail.com](mailto:anelatina@gmail.com)

---

Arina Costa Martins Cardoso

Doutoranda em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Rede Municipal de Educação de Niterói-RJ. E-mail: [arina.nina@gmail.com](mailto:arina.nina@gmail.com)

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi59.59079>

*Recebido em 04/05/2021*

*Aceito em 12/04/2022*

### Resumo

Neste trabalho a surdez é compreendida como uma experiência visual entendida fora do campo da medicalização, e os surdos como um grupo múltiplo e multifacetado. Problematicamos as representações da surdez e o modo como vem sendo historicamente inventada e destacamos trechos de reportagens da grande mídia a fim de tecer, a partir da escola, tensionamentos a respeito da enunciação que é forjada a cerca dos surdos em nossa sociedade através dos meios de comunicação de massa. Atualmente existe um campo de conflitos em que se disputam sentidos sobre a surdez e ser surdo com diferentes representações, entre concepções clínicas e antropológicas. Observa-se que a enunciação que é feita está majoritariamente carregada por uma perspectiva ouvintista que busca a oralização e ciborguização dos corpos ditos anormais. Por fim, problematicamos que, mesmo em meio à forte presença ainda ativa do Oralismo em nossa sociedade, há também iniciativas micropolíticas de produção de discursos que contribuem para afirmar a surdez em sua diferença.

**Palavras-chave:** Surdez; Diferença; Normalização; Discurso.

---

### Abstract

In this work, deafness is perceived as a visual experience understood outside the medicalization field, and deaf people as a multiple and multifaceted group. We challenge the representations of deafness and the way it has been historically invented. Excerpts from mainstream media reports are highlighted in order to propose, from the school point of view, questions concerning the enunciation forged in our society through the mass media about deaf people. Currently, there is a field of disputes about the meanings of “deafness” and “being deaf”, with different representations, between clinical and anthropological conceptions. It is observed that the way of portraying deafness is mostly carried by an “hearing” perspective, which seeks oralization and “cyborguization” of the so-called abnormal bodies. Finally, we propose that, even in the midst of the still strong active presence of Oralism in our society, there are also micropolitical initiatives for the production of discourses that contribute to affirm deafness in its difference.

**Keywords:** Deafness; Difference; Normalization; Speech.

---

### Resumen

En este trabajo se entiende la sordera como una experiencia visual comprendida fuera del campo de la medicalización, y a los sordos como un grupo múltiple y con muchas facetas, además problematicamos las representaciones de la sordera y cómo se ha inventado históricamente y destacamos trechos de reportajes de los principales medios de comunicación para tejer, a partir de la escuela, problematicaciones sobre la enunciación que es forjada a respecto de los sordos en nuestra sociedad a través de los medios de comunicación de masa. Actualmente existe un campo de conflictos donde se disputan sentidos sobre la sordera y ser sordo con diferentes representaciones, entre concepciones clínicas y antropológicas. Se observa que la enunciación realizada está mayoritariamente cargada de la perspectiva oyente, que busca la oralización y ciborguización de los cuerpos llamados de anormales. Finalmente, problematicamos eso, sin embargo, aún en medio de la fuerte presencia aún activa del Oralismo en nuestra sociedad, también hay iniciativas micropolíticas de producción de discursos que contribuyen para afirmar a la sordera en su diferencia.

**Palabras clave:** Sordera; Diferencia; Normalización; Discurso.

---

### Introdução

“Um mundo sem som...  
Um Mundo sem imagem...  
E um mundo sem som e sem imagem<sup>1</sup>”

Assim começa mais uma dentre tantas reportagens recentes da grande mídia ao se falar

---

<sup>1</sup> Profissão Repórter - 16/08/2017. A reportagem completa pode ser acessada através do link: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/08/deficientes-visuais-e-auditivos-mostram-dificuldades-e-superacao.html> >

das chamadas pessoas com deficiência. Referem-se àquilo que, supostamente, eles não têm. Aquilo que lhes falta.

No presente trabalho, escolhe-se destacar trechos de reportagens da grande mídia a fim de tecer, a partir da escola pública – nosso lugar de fala – problematizações sobre a enunciação que ainda é reiteradamente forjada a respeito dos surdos através dos meios de comunicação de massa. Existe um campo político de conflitos no qual se disputam sentidos sobre a surdez e ser surdo gerando uma luta pelos sentidos, em especial a partir de concepções clínicas e socioantropológicas majoritárias. Neste trabalho, assume-se a perspectiva socioantropológica de pensar a surdez como uma diferença e uma experiência visual, e os surdos como um grupo múltiplo e multifacetado (SKLIAR, 2016). Observa-se ainda que a enunciação que é amplamente feita em nossa sociedade a respeito da surdez ainda está majoritariamente carregada por uma perspectiva ouvintista que busca a oralização e ciborguização dos corpos ditos anormais, segundo padrões de suposta normalidade (LOPES, 2007).

A epígrafe destacada faz parte de uma reportagem que segue descrevendo as pessoas da qual falam. Relevante ressaltar que, ao apresentar a história de cada um dos entrevistados, sejam cegos, surdos ou surdo-cegos, algumas partes chamam a atenção: há sempre uma música triste ao fundo, em especial, ao contar das privações que vivem pela falta de algo que pessoas ‘normais’ têm.

“Falta de amigos, falta de comunicação.  
Não quero ver a minha filha sofrer o que eu passei”<sup>2</sup>

Falta, falta, falta.... palavra tantas vezes repetidas...

Correção, vida normal, endireitamento, implantes, cirurgias, próteses... milagres da ciência e da medicina... algo tão buscado...? É essa a solução! Essas pessoas enfim poderão se tornar completas – e quem sabe normais, letradas, brancas, ocidentais, civilizadas e aceitas?

“Pacientes que deixam de viver num mundo sem som e passam a ouvir”<sup>3</sup>  
“Um mundo preenchido pelo vazio, ganha, finalmente, algum sentido”<sup>4</sup>

Pausa para nos transpormos para a escola por alguns instantes: uma escola pública

---

<sup>2</sup>Jornal Hoje 10/11/2017 link: <<https://globoplay.globo.com/v/6280095/>>

<sup>3</sup> Jornal Liberal 12/12/2017. Link: /<https://globoplay.globo.com/v/6352036/>

<sup>4</sup> Jornal Hoje - 10/11/2017. Vide referência na nota número 2.

com classes bilíngues, na zona norte da cidade de Niterói-RJ, em uma manhã ensolarada de segunda-feira. Trazemos aqui um pequeno relato:

Ainda reverberando as palavras que havia escutado na reportagem de grande alcance nacional, passeio pela escola...Olho para os estudantes no pátio, lembro de algumas frases e palavras repetidas e penso: Silenciosos? Não. Nem um pouco. Um mundo sem som? Esse não é o mundo deles. Sem palavras? Só seria possível ouvir com os ouvidos? Um mundo no escuro? Sem imagens? Sem ver? Leidiane Macambira (2017) diria: Só é possível ver com os olhos? O que diríamos de Ivo?<sup>5</sup> Um de nossos alunos... Ele não vê (apenas) com os olhos e não ouve (apenas) com os ouvidos... Mas como correm! Como falam! Como dançam! Como trocam figurinhas, como conversam sobre seus cantores preferidos, seus atores prediletos! Como se movem! Como correm, sorriem, brincam, discutem, ouvem, veem, sentem, cheiram, tocam...

“Ele está acostumado ao silêncio”<sup>6</sup>

Nem um pouco.

Como professoras-pesquisadoras em dois municípios, é nos dada a oportunidade de habitar alguns territórios chamados de escola pública, um chão com o qual nos vemos constantemente implicados... Um desses últimos territórios que habitamos chama-se Escola Municipal Paulo Freire. Nesse espaço de vivências nos foi dado a habitar, em especial, uma classe bilíngue de surdos, explicitada através de uma dissertação de mestrado e de um projeto de doutoramento em andamento<sup>7</sup>: Uma escola com cerca de mil alunos e pouco mais de cem alunos chamados de “pessoas com deficiência”.

É singular cada vez que entramos de manhã no pátio da escola: uma multiplicidade de vozes, gestos, movimentos. Vemos os estudantes se comunicarem de tantos modos a despeito de rótulos que os enquadram em determinados grupos ou com determinadas deficiências. Algumas vezes, é encantador ficar apenas paradas em um canto observando... Seguimos a mais um relato:

Depois de algum tempo, subimos ao nosso destino: a classe bilíngue no quarto andar, onde produzimos juntos oficinas experimentais com estudantes

---

<sup>5</sup> Neste texto os nomes dos estudantes ganham outros contornos, a fim de preservar-lhes a identidade.

<sup>6</sup> Profissão Repórter - 16/08/2017. Vide referência na nota número 1.

<sup>7</sup> CARDOSO, Arina Costa Martins. A produção de oficinas de animação na educação de surdos: MoVimeNTOs e possibilidades de uma proposta pedagógica visuoespacial. 2019. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

CARDOSO, Arina Costa Martins. gaguejos, rabiscos e palavras dançantes de uma *professorarteira* junto com estudantes surdos de uma escola pública de Niterói. Projeto de Doutorado em Educação – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021-2022.

surdos do 5º ano. Entramos na sala. Neste dia, os alunos estavam muito animados com as atividades que faríamos na oficina. Enquanto converso com a professora regente, uma aluna surda fala meu nome, a seu modo, do meu lado me chamando e, logo em seguida, do outro lado da sala, outro aluno bate forte na mesa para chamar minha atenção... Recordo outra frase que tinha escutado há poucos dias:

“A surdez, ela afasta você do mundo, ela coloca você dentro de uma bolha de silêncio. Porque você não tem como chegar ao som”<sup>8</sup>

Pensamos... Eles são surdos. Mas, eles se relacionam com o som... de várias formas, de formas outras. Eles gostam, inclusive, de música e já me apresentaram seus cantores de funk prediletos...Eles não podem gostar de música? Não podem se relacionar com o som? Eles escutam... mais do que isso: eles ouvem. Eles me ouvem, ouvem as pessoas ao redor deles... Mas, não com o ouvido... ouvem de outros modos... às vezes nos ouvem mais do que as pessoas que escutam com ouvidos. Mundo sem som: “silêncio” (?). Essa palavra fica ecoando incomodamente em nós...

### **Efeitos legais de uma trajetória de lutas**

Nas últimas décadas, a luta das pessoas surdas para serem vistas como surdas e não como pessoas deficientes e terem sua língua reconhecida tem se intensificado e alcançado conquistas importantes. No campo acadêmico, não se havia visto tantas pesquisas e trabalhos publicados sobre a surdez em outra perspectiva, que não a deficiência, como a partir da década de 1990 em diante. Pessoas surdas, pessoas não surdas, têm se mobilizado, resistido e lutado no Brasil. Mais recentemente, no cenário geral também, na vida comum das pessoas, a questão da surdez e a Libras começaram a tomar mais espaço, inclusive na mídia e arriscam, em alguma medida, uma popularização.

A partir dos anos 2000 os surdos passaram a ter um lugar nunca antes ocupado nas políticas públicas do nosso país, efeito da trajetória de lutas das pessoas surdas, em especial na década de 1990, uma trajetória que desde então só se intensificou. No ano 2000 através da Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), tem-se registrado os novos esforços para que se reconheçam os direitos dos surdos quanto à comunicação, citando em seu artigo 18 “a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes”. Mas, é no ano de 2002 que algo realmente novo acontece e que anuncia o início de uma virada nas políticas públicas em relação aos surdos: o reconhecimento da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como língua através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, conhecida como Lei de Libras. Já em seu artigo primeiro traz: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. E ainda define no parágrafo único:

---

<sup>8</sup> Jornal Hoje 10/11/2017. Vide referência na nota número 2.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

A Lei 10.436/2002 aponta ainda para o campo educacional, incluindo a Libras nos cursos de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério.

Em 2004 são instituídas uma série de leis ainda limitadas em relação ao que se buscava, mas que representaram o tratamento de pontos importantes, mesmo que necessitassem ser ainda amadurecidos, tratavam sobre: a instituição do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004); a utilização de recursos visuais, destinados as pessoas com deficiência auditiva, na veiculação de propaganda oficial (Lei nº 4.304 de 07 de abril de 2004); e o ingresso de pessoas com deficiência auditiva nas universidades públicas estaduais no estado do Rio de Janeiro (Lei nº 4.309, de 14 de abril de 2004).

Enfim, no ano de 2005, a Lei de Libras é regulamentada através do Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005, o que anuncia mudanças importantes nas políticas públicas voltadas para os surdos. O Decreto regulamenta ainda o artigo 18 da lei 10.098/2000, citada anteriormente. Logo no início, o decreto já apresenta algo novo em relação a toda legislação anterior, o reconhecimento do termo surdo, definindo-o a partir de outra perspectiva, em consonância com as pautas dos movimentos sociais:

Art. 2º para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. (BRASIL, 2005).

O Decreto estabelece a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia; trata sobre o uso e a difusão da Libras em diversos espaços; a formação e a certificação de professor de Libras, instrutor e tradutor/intérprete de Libras; estabelece o ensino da Libras como primeira língua e o Português na modalidade escrita como segunda língua para estudantes surdos; estabelece ainda outras prerrogativas importantes sobre os direitos dos surdos à saúde e educação na perspectiva bilíngue e sua organização no ensino regular.

Em 2008, é publicado o documento que institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (através da Portaria 948/2007). Um grande marco não apenas para os surdos, mas também para todos os movimentos sociais que lutam pela inclusão dos estudantes chamados com deficiência. Um documento fruto de ampla discussão com representação social múltipla de movimentos sociais, profissionais e educacionais de todo país, culminando em um texto final que, ainda que na educação de surdos apresentasse certas limitações se comparado ao que preconizava o Decreto 5626/2005, expressava a riqueza e a multiplicidade de disputas envolvidas. Entre tantos pontos importantes para todo um conjunto de lutas pelo direito de todos à educação pública, a política previa: a educação bilíngue; a inclusão de estudantes surdos em escolas regulares, orientando que neste caso o estudante surdo estivesse com outros surdos devido à diferença linguística; a presença do tradutor intérprete nas escolas e o atendimento educacional especializado “realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua” (BRASIL, 2008, p. 12).

Em 2010 Lei n.º 12.319, de 1 de setembro de 2010, regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras e estabelece o Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa. Em 2011, o Decreto de 7.611 de 17 de novembro de 2011 reforça as diretrizes e princípios apresentados no decreto de 5626/2005, tocando no ponto da formação continuada de professores para o desenvolvimento da educação bilíngue. No ano de 2015, mais um marco importante para todo um conjunto de movimentos em prol dos direitos das chamadas pessoas com deficiência é forjado: a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência), através da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Em 2018, o Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018 dispõe sobre a possibilidade de incluir o atendimento aos surdos através de videoconferência online e *webchat* por um intérprete de Libras nos momentos e locais em que não é possível a presença física desse profissional.

E mais recentemente, em 30 de setembro de 2020, através do Decreto 10.502/2020 foi instituída a nova “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”. O referido Decreto, embora seus efeitos, por hora, tenham sido suspensos pelo Superior Tribunal Federal<sup>9</sup>, faz parte de todo um contexto político atual

---

<sup>9</sup> Conforme notícia divulgada em 01/12/2020 no portal do Supremo Tribunal Federal: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1>. Segue o link do processo

que traz em seu bojo uma concepção que promete ser inovadora, de ampliação do número de estudantes público-alvo da Educação Especial atendidos e investimento em formação de professores especializados. Contudo, o decreto tem recebido uma série de críticas da comunidade científica e dos movimentos sociais de luta pela Inclusão, devido ao modo como foi construído, no interior dos gabinetes do governo atual, sem participação ampla da sociedade e por significar um grande risco de retrocesso em relação às conquistas alcançadas na luta pela Inclusão nos últimos anos. Uma política que anuncia proximidade com as comunidades surdas, e que teve seu lançamento divulgado apenas nas vésperas, sendo publicizado no dia internacional do intérprete de Libras. Uma Política ainda muito recente que merece uma problematização de seu texto e efeitos de modo mais detido, o que não é possível dentro dos limites do presente artigo<sup>10</sup>. Contudo, cabe salientar que esta é uma política que se apresenta como ‘o novo’ em relação à educação de surdos, mas que em seu bojo não traz mudanças significativas se comparada com documentos legais anteriores sobre a educação de surdos.

### Discursos

Destacam-se aqui alguns documentos legais que marcam a recente trajetória de lutas das pessoas surdas. A partir desses documentos, oficialmente as pessoas que não ouvem apenas com os ouvidos passam a ser chamadas também de pessoas surdas. O termo “pessoa com deficiência auditiva” começa a perder força nos documentos oficiais, apesar de ainda presente em alguns. Seria o início de uma outra forma de pensar sobre essas pessoas? A produção de mais estudos sobre surdez enquanto uma diferença? Conquistas e mudanças nos textos legais, produzem efeitos no pensamento? Há efeitos no campo das representações? No plano discursivo? Nas práticas educacionais? O Oralismo ficou para trás? A perspectiva geral

---

eletrônico em tramitação: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6036507> (acesso em 13 de abril de 2022).

<sup>10</sup> A respeito das discussões em torno na nova política trazemos aqui algumas sugestões em torno dos debates que têm-se produzido nos movimentos sociais e na comunidade acadêmica: na *live* promovida pelo canal Despatologiza - Movimento pela despatologização da vida em 08 de outubro de 2020: “Decreto 10.502/2020 - A política de desmonte da Educação Inclusiva no Brasil” <[https://www.youtube.com/watch?v=mtr7uMAa2oo&t=1s&ab\\_channel=Despatologiza-Movimentopeladespatologiza%C3%A7%C3%A3odavida](https://www.youtube.com/watch?v=mtr7uMAa2oo&t=1s&ab_channel=Despatologiza-Movimentopeladespatologiza%C3%A7%C3%A3odavida)>; A *live*: “Impacto do Decreto 10.502 na Política Brasileira de Educação Especial” transmitida em 20 de outubro de 2020 no canal do Programa de Pós Graduação em Educação Especial (PPGEES UFSCAR): <[https://www.youtube.com/watch?v=-wD3GHs\\_OjI&ab\\_channel=PPGEESUFSCAR](https://www.youtube.com/watch?v=-wD3GHs_OjI&ab_channel=PPGEESUFSCAR)>. Por fim, a *live* promovida pelo GT15 da ANPEd “O processo de desmonte da Educação Especial em meio à pandemia”, no dia 22 de outubro de 2020 <[https://www.youtube.com/watch?v=AXtKyx1NLEw&t=3555s&ab\\_channel=GT15ANPEdEduca%C3%A7%C3%A3oEspecial](https://www.youtube.com/watch?v=AXtKyx1NLEw&t=3555s&ab_channel=GT15ANPEdEduca%C3%A7%C3%A3oEspecial)>

é bilíngue, de aceitação e proclamação das diferenças? A perspectiva geral é de aceitação e difusão da Libras?

Em 1995, a Comissão sobre Linguagem de Sinais e Pedagogia no XXII Congresso Internacional da Federação Mundial de Surdos afirma que

A polêmica oralismo versus linguagem de sinais deixou de ser uma questão contemporânea. Transcendemos essa controvérsia e, para chegar ao próximo século, deixamos o Congresso de Milão de 1880 no passado. As tendências de 1995 são: o reconhecimento da linguagem de sinais e o respeito por ela como linguagem da comunidade Surda, e o reconhecimento da educação bilíngue. (World Federation of the Deaf *apud* SKLIAR, 1998, p. 54).

Existe um campo de disputas em que diferentes concepções sobre a surdez litigam os sentidos a serem atribuídos a esses corpos ainda pensados como defeituosos. As propostas de educação de surdos, inclusive no Brasil, passaram, ao longo do tempo, por diferentes concepções: oralismo, bimodalismo, comunicação total (QUADROS, 1997, 2005), antes de chegarmos às discussões nas quais nos encontramos hoje sobre a surdez enquanto uma diferença sobre a Libras enquanto língua reconhecida e sobre os projetos de educação bilíngue. Concepções de educação que estão diretamente relacionadas às representações sobre a surdez. Essas fases não são lineares e subsequentes, ainda se mantêm ativas em maior ou menor proporção e ainda estão em conflito e debate. Essas fases representam linhas de força com diferentes concepções sobre surdez e educação de surdos.

No simples ato de ligar a TV ou ler reportagens de jornal dos grandes meios de circulação do país quando tratam sobre as pessoas surdas, pode-se observar o quanto e como o oralismo ainda está presente e forte nos discursos. Discursos que, conscientes ou não, se produzem a partir de concepções medicalizantes, corretivas e normalizantes de ajuste e correção do corpo surdo a uma norma instituída.

Hoje, diferentes concepções e práticas não neutras que vão para além da escola e integram as relações de saber e poder da sociedade, em que se disputam concepções ouvintistas de um lado, e grupos de surdos que lutam para terem sua diferença reconhecida, de outro, se fazem presentes em nosso país. É necessário seguir em frente, conforme a decisão em 1995 da Federação Mundial de Surdos pela língua de sinais, pelo fortalecimento da educação bilíngue. Mas as concepções ouvintistas ainda são muito fortes e estão fortemente presentes. A partir disso, questionamos: Ainda é necessário oferecer resistência ao oralismo em nosso país?

Se observarmos as práticas e discursos, podemos ver que a alteridade surda ainda continua a ser inventada, nomeada e categorizada como deficiente, anormal e inferior. O que

se alcançou nas últimas décadas é notório em termo de pesquisas, de lutas, alcançando o campo legal através dos documentos citados e outros, que tratam de questões que oficialmente eram inexistentes até então. Mas é necessário ter em mente que, as mudanças no discurso jurídico e documentos oficiais nem sempre garantem ou representam mudanças consistentes nas bases do pensar e fazer na educação de surdos. Sendo assim,

sem querer ignorar a importância da produção técnica das secretarias de educação e/ou dos organismos internacionais, sou da opinião que as mudanças textuais poderiam ser mais bem entendidas como pontos de chegada das transformações pedagógicas e não como pontos de partida (SKLIAR, 2001a, p. 12).

Muitas vezes representam apenas alterações no plano discursivo, sem efeitos práticos ou mesmo de mudanças de sentidos. Dão-se apenas no discurso em uma busca apenas de melhores eufemismos que continuam definindo e controlando a alteridade do outro (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2000).

Existe um campo de conflitos em que se disputam sentidos sobre surdez e ser surdo com diferentes representações (LEBEDEFF, 2015). Representações que transitam entre concepções clínicas e antropológicas, entendendo, principalmente, a surdez ora como deficiência auditiva, ora como uma experiência visual, conflitos e negociações que se dão no interior das relações de poder/saber. Desde as concepções hegemônicas ouvintistas, amplamente divulgadas pela grande mídia, por exemplo, que enunciam os surdos como aqueles que vivem no “mundo dos sem sons”, a movimentos que reivindicam o espaço do sujeito surdo na sociedade, direitos e sua representação fora do campo discursivo da Educação Especial.

“Ele precisava disso, né? Ou era isso ou ele iria viver num mundo sem som”  
(declara uma mãe em meio ao choro e com uma música triste ao fundo)<sup>11</sup>  
Um serviço que pode ajudar muitas pessoas a serem inseridas na sociedade:  
o implante coclear<sup>12</sup>

Existem muitas ações de transformação dos corpos para torná-los sãos, educados, produtivos, corretos, normais. Ações que agem externamente e se impõem pela disciplina aos indivíduos e ações reguladoras que agem sobre todos e que estão dentro de cada um.

<sup>11</sup> Profissão Repórter: 16/08/2017. Vide referência na nota número 06

<sup>12</sup> Jornal Liberal: 12/12/2017. Vide referência na nota número 03

O normal nos intriga. O que seria essa norma a ser alcançada por todos? Como se definem as normas? Como agem? O que há no normal? Conversamos aqui, em especial com Lopes (2016), para problematizar “o normal”, em especial, a respeito dos mecanismos de norma e normalização em Foucault na perspectiva da autora.

Para Foucault as sociedades modernas são, além de sociedades controle, sociedades de normalização. Normalização como um processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações (CASTRO, 2016). Nas sociedades de normalização a capilaridade do poder se une ao saber médico e se estende através das tecnologias de regulação e das tecnologias de disciplina, e permite “controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a norma. (FOUCAULT, 1999, p. 302).

A norma pode ser compreendida como um princípio de comparabilidade e de diferenciação operando simultaneamente sobre o indivíduo e a população. É prescritiva, mede, categoriza e quantifica a capacidade dos indivíduos em “uma pura referência de um grupo a si próprio, a partir do momento em que só se relaciona consigo mesmo” (LOPES, 2016). A homogeneização e diferenciação dos corpos, a partir de determinados aspectos impõe uma conformidade que deve ser alcançada por todos a partir de modelos tomados a priori (LOPES, 2016; CASTRO, 2016).

Nas sociedades reguladoras, a norma opera por normação, a partir de um normal universal e por normalização. Por normalização podemos entender o processo de categorização entre o normal e o anormal a partir de curvas de normalidade, “a operação de normalização consistirá em fazer interagir essas diferentes atribuições de normalidade e procurar que as mais desfavoráveis se assemelhem às mais favoráveis” (FOUCAULT, 2006. apud LOPES, 2016, p. 43). A operação se dá em um movimento positivo de transformação do anormal em normal. É do normal que deriva a norma e para onde convergem as ações. Do normal instituído, divulgado e estabelecido se deduz o anormal e se definem as técnicas de normalização para adequar os corpos ao ideal. A norma, finalmente, traça a fronteira do que lhe é exterior (...) a anormalidade” (CASTRO, 2016, p. 310).

As operações de normalização não são exteriores, impostas de fora, mas são capilares, estão em nossos corpos, em nossas atitudes. representam ações dos sujeitos sobre si mesmos buscando alcançar algo entendido como “bem comum”.

“Uma vida em silêncio...  
Uma vida sem som, ela é triste. Ela é uma sombra”<sup>13</sup>

Destacam-se, ao longo desse texto, frases... frases de algumas reportagens da grande mídia. Mas, se poderia destacar o conteúdo inteiro das mesmas, se não fosse sua demasiada extensão. No entanto, é possível conceber como sendo suficientes as frases destacadas para tecer, em alguma medida, problematizações sobre a enunciação que é forjada a respeito dos corpos ‘ditos deficientes’ em nossa sociedade, em especial, aqui, através dos meios de comunicação.

Ao conversar com pessoas comuns, ao ligar a TV ou buscar no noticiário online dos grandes meios de circulação, ainda são frases semelhantes a essas que encontramos. Aqui, trazemos apenas alguns desses noticiários (que podem ser vistos na íntegra através dos links presentes nas notas).

Frases que nos incomodaram, e que nos incomodam... Frases que, com um olhar demorado e uma escuta atenta, apresentam-se como “efeito de superfície de unidades mais consistentes” (FOUCAULT, 2008, p.29).

“Uma vida sem som, ela é triste (...) Mas depois que você passa a ouvir... eu me sinto uma pessoa livre.  
(a cirurgia de implante coclear) É o fim de uma imensa solidão...”<sup>14</sup>

Discursos... Frases repetidas por autoridades, pela escola, pela medicina, por pessoas comuns, ouvintes, surdos, ricos, pobres... Frases que fazem parte de um discurso atravessado no pensamento e entendimento geral... Surdos que falam da tristeza de serem pessoas com deficiência auditiva e que proclamam a esperança e os sucessos das novas técnicas de oralização, para enfim serem livres, enfim serem normais e felizes... como se, desse modo, pudessem alcançar o patamar da norma e serem finalmente aceitos.

Discurso, aquele ser invisível, esse pensamento tão comum que não é de ninguém e que é de todos ao mesmo tempo, que possui uma “transparência demasiadamente familiar” (SHENEIDDER *apud* VEYNE, 2014, p. 31). Um enunciado não dito. É necessário atenção no olhar, uma escuta aguçada para desvelá-lo. Ele está por trás, habita as frases enunciadas também aqui... Frases emocionantes, falam de milagres, de um sonho possível de

---

<sup>13</sup> Jornal da Record: 20/06/2017. Disponível em: <<http://tv.r7.com/record-play/jornal-da-record/videos/serie-jr-ouvido-bionico-devolve-alegria-e-sons-a-pacientes-surdos-20062017>>

<sup>14</sup> Jornal da Record: 20/06/2017. Vide referência na nota número 10.

normalidade. Falam de um interesse de norma, de conserto, de ajuste. Os discursos cartografam, invisivelmente, o pensamento e as ações. É singular, histórico e temporal e possui seus interesses (VEYNE, 2014).

Os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram; elas se impõem tanto aos dominantes quanto aos dominados, não são mentiras inventadas pelos primeiros para dominar os últimos e justificar sua dominação. (VEYNE, 2014, p. 50-51)

Os surdos, como sujeitos contemporâneos, não podem ser vistos como possuindo uma essência, “mas sim como um sujeito híbrido, entrecruzado por diversas culturas, diversos discursos e formas de ser” (RAUGUST, 2017, p. 200). Sujeitos contemporâneos constituídos pelos discursos, por pessoas, pela língua, por diferentes aspectos culturais, artefatos que são produzidos e que vão subjetivando-os. Entendemos com Veyne – citando Foucault – que nos processos de subjetivação, “o sujeito não é ‘natural’, ele é modelado a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais ‘estetizações’” (VEYNE, 2014, p. 178).

Os discursos inventam, categorizam e normatizam. A surdez tem sido constantemente inventada. Para além da marca inscrita no corpo do não ouvir, existem olhares construídos, formas de pensar sobre aquele que não ouve (LOPES, 2007). A perspectiva da falta é uma constante nos discursos sobre a surdez. A falta como uma marca que impera e limita as possibilidades de um corpo. Um discurso colonial que mantém o surdo como um subalterno frente uma maioria normal ouvinte (SKLIAR, 2016). O surdo, de modo constante, tem sido socialmente definido pelas características “negativas” do não ouvir e do o não falar. Historicamente nos livros, nos meios de comunicação e nas práticas discursivas sociais, nos mais diferentes meios, sua alteridade vem sendo negativamente inventada a partir da falta.

Logo, essa tão reiterada falta, que é da pessoa surda, justificaria as dificuldades, o fracasso na escola, as limitações na vida social... Limitações que continuam e que permanecem sendo da pessoa, do indivíduo defeituoso e não de uma sociedade que nega a diferença e constantemente constrói barreiras para os não quistos anormais.

Um dos principais discursos normalizadores sobre os surdos é o discurso médico. Um discurso que permeia muitas e diferentes esferas da sociedade – um discurso normalizador não apenas para os surdos, cegos e todas as pessoas chamadas com deficiência, mas, em especial, para essas pessoas. O discurso da medicalização concentra-se em uma concepção

sobre surdez e sobre a pessoa surda redutora do indivíduo surdo a uma condição patológica. Nessa perspectiva o atendimento que o surdo deve receber na escola, no hospital, e em diferentes espaços, ficaria condicionado ao grau de perda da audição e tem como objetivo a reabilitação e recuperação do sujeito surdo com referência no sujeito ouvinte, como ideal (LUNARDI, 2002).

Ou seja, o surdo é considerado a partir do que ele deve se tornar, a partir daquilo que ele não é, mas que precisa se transformar. E essa transformação traria para ele a completude e aceitação social. Seja através de um aparelho auditivo, de técnicas de fala e de leitura labial ou uma cirurgia de implante coclear. Os discursos do oralismo sobre o corpo surdo ainda se fazem presentes e permeiam as falas, os pensamentos e ações, os ditos e os não ditos...

É possível observar que o oralismo, em nossa história, não é passado e volta munido de mais força ainda a cada novo avanço tecnológico, como o implante coclear, por exemplo... A medicina “posto que ela é a ciência por excelência do normal e do patológico” (DE3, p. 75-76 apud CASTRO, 2016, p. 310) tem papel importante e insubstituível para a reinvenção, em cada época, do oralismo, seus discursos e dos ideais e dispositivos de normalização. A medicina é uma forma de poder que depende e estreita-se com o saber e se legitimam e se reforçam mutuamente (CASTRO, 2016).

Não questionamos aqui a importância dos avanços tecnológicos da medicina, essa perspectiva, aqui, não é questão. Mas antes, consideramos que é importante ver com olhar atento o que não está dito, os discursos por trás de uma propaganda de transformação de vida que poderia, supostamente, ser aplicada indiscriminadamente a todos os surdos. Questionamos o porquê, hoje, da existência de um enfoque tão grande de divulgação dos “milagres” possíveis através de cirurgias de implante coclear, como no passado (ainda presente), as propagandas de tratamentos fonológicos para fazer as pessoas com deficiência auditiva falarem e enfim alcançarem a capacidade de comunicação.

Por trás desses enunciados há interesses econômicos? Uma indústria a ser movimentada? Será que esses procedimentos poderiam ser indiscriminadamente aplicados a todos os surdos como muitas dessas propagandas deixam transparecer? Será que finalmente todos os surdos se tornariam normais e aceitos? Que discursos há por trás desses enunciados? Discursos de diferença ou de normalização?

É necessário olhar para esses discursos atentamente, questionar e problematizar buscando desvelamento, entendendo, com Foucault, que “tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr

obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar.” (FOUCAULT, 2008, p.28). E que esses discursos e normas “se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse campo discursivo.” (idem, p. 69)

A medicalização, a patologização e a normalização dos sujeitos surdos integram as relações de poder/saber que agem sobre os corpos das pessoas surdas, e, através de redes de poder, permitem a continuidade e produção desses discursos normalizadores (LUNARDI, 2002). Historicamente, a serviço da normalização, a educação vê o surdo como um anormal e a surdez como uma patologia, que, portanto, precisa ser tratada, corrigida e curada. Um corpo que precisa ser docilizado, domesticado. Suas mãos amarradas, sua visão focada, sua comunicação limitada à fala, pois a referência é o ‘normal’, o ouvinte como ideal a ser alcançado. Tornando-os seres tratáveis, normalizados através de terapias, treinamentos orofaciais, implantes cocleares, próteses, entre outros, que buscam, através da “ciborguização” do corpo, alcançar um corpo tido como normal (LOPES, 2007). Cerceando, assim, a pessoa surda e sua diferença, limitando-a ao ideal da norma.

### **No Chinelo (Ou Considerações Finais)**

A breve discussão aqui produzida se faz no campo da diferença. Afirmamos a surdez como uma diferença (LOPES, 2007; QUADROS, 2003; SKLIAR, 1997, 1999, 2016). Desse modo, compreendemos a surdez dentro de uma visão socioantropológica, a partir de sua marca enquanto diferença e não enquanto deficiência a ser corrigida, completada ou superada. Enquanto diferença e não pela falta: a falta da audição. Uma diferença a ser politicamente reconhecida.

Existem diferentes formas de ser surdo e expressar a experiência da surdez. Problematizamos os surdos como grupo heterogêneo, em que a visualidade tem se mostrado aspecto importante e relevante nos estudos tecidos no campo, mas uma experiência que é múltipla, multifacetada e que não comporta movimentos de homogeneização. Um grupo que tem como manifestação forte de sua experiência a visualidade.

Em meio a tantos discursos predominantemente medicalizantes sobre a surdez na mídia, há também, em alguma medida, discursos que contribuem para afirmá-la em sua diferença. Fruto da travessia de resistência apreendida nas últimas décadas, do gradativo aumento do reconhecimento político e social da diferença surda, do reconhecimento da Libras como língua, da pauta de lutas e de ações de afirmação em âmbito macro e micro. Embora sejam recentes e tenham sido produzidas em nosso país mais fortemente após a década de

1990, essas ações têm alcançado, em menor ou maior grau, dar visibilidade às questões defendidas.

Isso pode ser observado, por exemplo, no momento da elaboração do tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2017 (Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil), que colocou na mesa de debate a questão da educação de surdos, um exame que, pela primeira vez, trouxe de modo consistente, alternativas de condições para que surdos pudessem realizá-lo. Pela primeira vez, uma parcela considerável da população em geral pôde parar para pensar, para além da condição de coitados defeituosos, em como ocorre a educação de uma pessoa surda no contexto em que vivemos. Ainda que muitos possam ter parado para pensar, de forma detida, pela primeira vez através das discussões trazidas nos textos motivadores da redação e a sociedade em geral tenha assistido pela TV em rede nacional como a esses sujeitos é ofertada ou não as condições para fazer exames como o do ENEM. O que gerou, logo após o exame, muitas reportagens na mídia a respeito, em diferentes perspectivas, mas que de algum modo, dão visibilidade à surdez para além da deficiência.

No cenário internacional, mais recentemente, podemos observar outro movimento de afirmação da surdez enquanto diferença que chega a nós, no Brasil, pelo Cinema. O lançamento do filme “*The Sound Of Metal*” (O som do Metal), traduzido no Brasil como “O Som do Silêncio”. Filme que foi indicado a seis prêmios do Oscar 2021, tendo recebido dois prêmios, entre eles o de Melhor Som (*Academy Award for Best Sound*), irônico se relacionarmos com o nome que o próprio filme recebeu aqui em nosso país.

O filme conta a história de Ruben (Riz Ahmed), um baterista apaixonado por música, integrante de uma banda de heavy metal, que perde cerca de 80% da audição e precisa se adaptar à sua nova realidade. O filme tem um trabalho primoroso de *designer* de som e busca mostrar de modo sensível as experiências auditivas pelas quais o personagem passa. No filme, Ruben conhece uma comunidade de surdos que busca acolher outras pessoas surdas, de modo que estas aprendam a ser surdas convivendo com surdos. Uma comunidade que, segundo seu líder Joe (Paul Raci), fala (em língua de sinais): “não estamos procurando uma solução para isto (apontando para o ouvido) e sim para isto (apontando para a cabeça)”. A tarefa de Ruben durante o tempo que convive na comunidade é aprender a ser surdo. A obra conta com um elenco de atores surdos grande e, longe de apresentar soluções, mostra diferentes facetas da vida de uma pessoa que perde a audição na vida adulta. O filme tem como marca forte o embate entre os processos medicalizantes de pessoas surdas, como a cirurgia de implante

coclear, mostrando como a cirurgia acontece e diferentes implicações que tem na vida de quem é submetido a ela, isto em contraposição com o entendimento da surdez, pelos próprios surdos da comunidade, como seu modo de viver e se relacionar com o mundo de modo não auditivo.

Por fim, para (não) concluir esse texto, gostaríamos de trazer aqui também um poema de um dos movimentos que afirmam a surdez na sua diferença e que estão presentes na mídia televisiva brasileira, mesmo sendo ainda de pequena projeção e em meios menos populares. Citamos aqui, em forma de escrita, um dos episódios do programa ‘Manos e Minas’ da TV Cultura, um programa que busca mostrar iniciativas e realizações da cultura de rua em seus diversos segmentos. A poesia surda: “Pequeno Manual da Cultura Surda”<sup>15</sup> declamada por Catharine Moreira e Cauê Gouveia, uma poesia que conversa muito bem com as questões que buscamos trazer à tona através desse texto. Importante dizer que se trata de uma poesia visual, sendo assim, a experiência de ler o texto aqui trazido e a experiência de ter acesso a essa poesia visual, através do suporte audiovisual, são diferentes. Dessa forma, na nota de rodapé, inserimos o link para que a poesia possa ser também apreciada em sua forma original de outros modos.

“Um: a palavra é surda, não é surda-muda.  
Muda é uma pessoa que não tem voz, o surdo tem voz.  
Se você duvida, deixa ela gritar no seu ouvido.  
Dois: Libras é uma língua completa com gramática e tudo.  
Não é mímica, igual àquele jogo Imagem e Ação.  
Também não é gesto tipo: “O banheiro é pra lá”.  
Sinais podem significar palavras, mas também representam estados emocionais diferentes que deixam palavras como S-A-U-D-A-D-E no chinelo.  
Quer ver? ‘Saudade!’  
Três: não existe milagre.  
“Por que que essa surda não usa um aparelho ou um implante pra ouvir logo?”  
Todos os procedimentos pra normalizar as pessoas envolvem dor, custo e risco.  
Envolvem dizer:  
“Você tá errado!”  
“Você tá errado!”  
“E você tá errado!”  
Tem um padrão e você, não se encaixa.  
Quer aprender um sinal?  
Opressão!

---

<sup>15</sup> Disponível em: <[http://tvcultura.com.br/videos/61543\\_poeta-catharine-moreira-e-caue-gouveia.html](http://tvcultura.com.br/videos/61543_poeta-catharine-moreira-e-caue-gouveia.html)>

## Notandum, ano XXV, n. 59, maio/ago. 2022

### CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

Quatro: O surdo pode ser esperto, lerdo, legal, chato, tímido, bravo, homem, mulher...  
nenhuma das alternativas...  
todas as alternativas...  
igual a uma pessoa, sabe?  
Se você se sente diferente, assustado, incomodado com o outro?  
Quer aprender?  
Empatia,  
Empatia,  
Empatia.

#### Referências

BRASIL, Ministério da Justiça. **Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm)>. Acesso em: 27 de abril de 2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei 10.436/2002**. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>. Acesso em: 27 de abril de 2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004**. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.845.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.845.htm)>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto 5626/2005**. Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais - Libras, e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 27 de abril de 2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 948/2007**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2019

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm)>. Acesso em: 26 de abril de 2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto de 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 26 de abril de 2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto Nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 01 de maio de 2021

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 de jul 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 23 de abril de 2021

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9656.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9656.htm)>. Acesso em: 01 de maio de 2021

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm)>. Acesso em: 20/10/2020

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Muller Xavier; Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan – 2 ed – Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2016.

DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. **O nome dos outros**. 2000. Revista Educação e Realidade. Disponível em: <<file:///C:/Users/anelice/Downloads/46855-189950-1-PB.pdf>> Acesso em: 07 de outubro de 2019

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Sobre a história da sexualidade I**. A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

LEBEDEFF, T. As crônicas de Jorge Sergio L. Guimarães e as representações da surdez entre as décadas de 1950 e 1960. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 23, p. 173-192, Set/Dez 2015. Disponível em <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 07 de outubro de 2019

LOPES, M. C. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

LOPES, M. C. **Norma, normação, normalização, normatização e normalidade**. In: Inclusão e educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LUNARDI, M. L. **Medicalização, Reabilitação, Normalização**: Uma Política de Educação Especial. Dezembro/2002. [online]. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29:medicalizacao-reabilitacao-normalizacao-uma-politica-de-educacao-especial&catid=5:educacao-especial&Itemid=16](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=29:medicalizacao-reabilitacao-normalizacao-uma-politica-de-educacao-especial&catid=5:educacao-especial&Itemid=16)>. Acesso em: 06 de julho de 2018.

MACAMBIRA, L. dos S. A. **Encontrar(se), (não)ver(se), diferir(se)**: platôs para pensar a educação de pessoas que não veem (apenas) com os olhos. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997

QUADROS, R. M. de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 05, p. 81-111, 2003.

QUADROS, R. M. de. O bi do bilingüismo na educação de surdos In: **Surdez e bilingüismo**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, p. 26-36, 2005. v. 1.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 4.304 de 07 de abril de 2004**. Dispõe sobre a utilização de recursos visuais, destinados as pessoas com deficiência auditiva, na veiculação de propaganda oficial. Rio de Janeiro, RJ, 2004. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/136085/lei-4304-04>>. Acesso em: 23 de abril de 2021.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 4.309, de 14 de abril de 2004**. Dispõe sobre o ingresso de pessoas com deficiência auditiva nas universidades públicas estaduais. Rio de Janeiro, RJ, 2004. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/136081/lei-4309-04>>. Acesso em: 27 de abril de 2021

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, C. **Bilinguismo e Biculturalismo**. Uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. Revista Brasileira de Educação. Mío/Jun/Jul/Ago. nº08. 1998.

SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, C. Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas - e novas - fronteiras em educação! **Revista Proposições**, v. 12, n. 2-3 (35-36), jul.-nov. 2001(a). Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643992>>. Acesso em: 09 set. 2019

SKLIAR, C. (Org.). **A Surdez**: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2016.

VEYNE, P. **Foucault, seu pensamento, sua pessoa**. Trad: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.